

--- No dia sete de maio de dois mil e vinte e seis, pelas dezanove horas e trinta e quatro minutos, reuniu, no Palácio dos Marqueses da Praia e de Monforte, cidade de Loures, a Assembleia Municipal de Loures, presidida pelo deputado municipal Aquilino José Marques Ventura, com a presença dos seguintes deputados municipais:-----

PS - Partido Socialista-----

Daniel Vitorino Bernardo Lima -----

João Pedro Silva Mendes dos Santos Ferreira -----

Tânia Sofia dos Santos Portela -----

Pedro Manuel Fialho da Costa Lindo-----

João António Leal Cruz Franco -----

Algmar Welker Branco Salomão -----

Eunice Filipa Alexandre Camilo Ramos Proença-----

Inês Falcão da Costa Morgado -----

João Filipe de Jesus Pinto-----

João Paulo Afonso Barandas-----

Joaquim Manuel Brás dos Reis -----

Ana Filipa Vicente da Conceição Pinto Pereira -----

José Júlio Ferreira Falcão Ribeiro -----

Hélio António Magalhães Gonçalves dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia de Bucelas)-----

Eugénio Alexandre Ratinho de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de Loures) ----

Renato Joaquim Alves (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação)-----

Francisco António Gravito Ribeiro (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Sacavém e Prior Velho) -----

Samuel David dos Santos Saldanha (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela)-----

CH - Chega -----

Luís Filipe Pereira Direitinho -----

Aquilino José Marques Ventura-----

António José Mendes Firmino-----

Inês Carvalho dos Santos -----

Duarte Miguel Monge Correia-----

Luís António Gomes Rainho-----

Marco José Dias Raimundo -----
Sónia Alexandra Canova Magalhães Coelho Coimbra Arêde-----

PPD/Partido Social Democrata-----

Jorge Manuel Lopes Antunes-----
Rui Miguel Paiva Lopes Pinhel-----
Sara Raquel Bordalo Gonçalves-----
João Maurício Pereira-----
João Miguel Corales de Oliveira Sousa-----
Lino Manuel Gomes Franco (Presidente da Junta de Freguesia de Lousa)-----

CDU – Coligação Democrática Unitária-----

Maria de Fátima Amaral-----
Bruno Alexandre Caçador Simão-----
Acardyo Kedy Santos Nazaré da Trindade-----
Ana Maria da Conceição Duarte da Mata-----
Jorge Manuel Duarte Simões (Presidente da Junta de Freguesia de Fanhões)-----
José Júlio dos Santos Pinto (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal)-----

BE - Bloco de Esquerda-----

Rita Lage Sarrico-----

IL – Iniciativa Liberal-----

Tiago Filipe Jorge da Silva-----

Estiveram ausentes os seguintes eleitos:-----

Miguel Nuno Pedro Cardoso Matias (PS)-----
Ricardo Jorge Monteiro Lima (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Moscavide e Portela)-----
Jorge Daniel Sousa Moreira da Silva (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas)-----

--- Concluída a chamada, com a presença de 40 deputados municipais e verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, declarou aberta a reunião.-----

- No início da sessão, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, Aquilino José Marques Ventura, deu conhecimento que a sessão estava a ser gravada e transmitida em direto pelo canal *Youtube* da Câmara Municipal de Loures.-----

- Foi informado que por ausência da Presidente da Assembleia Municipal, Susana de Fátima Carvalho Amador, a Mesa ficaria com a seguinte constituição: -----

- Presidente da Mesa, em exercício: Aquilino José Marques Ventura -----
- Primeira Secretária da Mesa, em exercício: Sara Raquel Bordalo Gonçalves-----
- Segundo Secretário da Mesa, em exercício: Pedro Manuel Fialho da Costa Lindo, por indicação do Partido Socialista. -----

- Foi dado conhecimento a todos os deputados municipais, que foi disponibilizada na plataforma da respetiva Ordem do Dia da reunião da Assembleia Municipal, a correspondência recebida desde o dia trinta de abril até seis de maio de dois mil e vinte e seis. -----

Tomou de posse:-----

- João Miguel Corales de Oliveira Sousa, em substituição do deputado municipal do PPD/PSD, Armando Manuel Pedroso Militão. -----

- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, informou que deu entrada na Mesa um (1) documento, apresentado pela CDU. O documento foi sujeito a admissão, tendo o mesmo sido admitido por unanimidade e posteriormente colocado a discussão e votação.-----

- Pela deputada municipal Maria de Fatima Amaral (CDU), foi apresentado **um Voto de Pesar pelo falecimento de Cândido Soares Pinto da Mota**". (Doc. 1) -----

- Não havendo pedidos de inscrição para intervenção, passou-se à votação: -----

– **APROVADO POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 38 PRESENCAS. FOI CUMPRIDO UM MINUTO DE SILÊNCIO EM MEMÓRIA DO FALECIDO.** -----

- Seguidamente, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, deu início ao "Período de Intervenção do Público". -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (19h42)-----

--- Neste período, foi informado que existiam quatro (4) munícipes inscritos, tendo seis minutos para intervir. Realizaram-se as seguintes intervenções:-----

- João Vladimiro Soares Resa, iniciou a sua intervenção exibindo um cravo alusivo ao 25 de Abril, referindo que o tinha conservado em água desde as comemorações e que, dessa forma, talvez pudesse continuar a ser utilizado em futuras sessões como símbolo da Revolução de Abril. -----

Começou por abordar questões relacionadas com o funcionamento da Assembleia Municipal e com o respetivo regimento. Referiu a ausência da Dra. Susana Amador, que se deslocou a Portimão em representação da Assembleia Municipal, e fez também referência a uma futura deslocação ao Parlamento Europeu, considerando natural que uma iniciativa desse tipo pudesse vir a realizar-se durante o mandato. Recordou ainda que tinha sido mencionada a oferta de viagens por parte de um deputado europeu, assinalando que não tinha sido identificado qual o deputado em causa. -----

Relativamente ao regimento da Assembleia, manifestou discordância quanto à possibilidade de deputados municipais interromperem intervenções de cidadãos durante o período destinado ao público. Considerou que tal situação não faz sentido e defendeu que o regimento deveria ser alterado nesse aspeto. -----

Referiu também as Assembleias Jovens, que descreveu de forma crítica como uma “assembleia do faz de conta”, afirmando que participa ativamente na vida cívica, mas que se sente frequentemente ostracizado. Sustentou que, apesar de apresentar questões e participar regularmente, raramente recebe respostas aos assuntos que coloca. Por esse motivo, afirmou não poder agradecer ao Executivo pelas respostas prestadas, uma vez que considera não as ter recebido. Acrescentou que, na sua opinião, é dada maior valorização às iniciativas de participação juvenil do que à participação efetiva dos cidadãos adultos que intervêm nas reuniões dos órgãos autárquicos. -----

Relativamente aos procedimentos de inscrição para intervenção do público, referiu uma experiência que teve numa sessão da Assembleia Municipal de Odivelas, onde os próprios funcionários auxiliavam os cidadãos no preenchimento dos formulários de inscrição, identificando o nome e os assuntos a tratar. Considerou essa prática um exemplo positivo que poderia ser tido em conta. -----

Abordou depois a questão da eventual atribuição do nome de Marechal Carmona a uma rua ou beco em São Roque, assunto que, segundo referiu, já tinha sido discutido noutras reuniões. Manifestou estranheza relativamente à possibilidade de, em pleno século XXI, se pretender atribuir a uma artéria esse nome ou proceder à sua valorização através da colocação de azulejos alusivos, entendendo que tal situação não faz sentido. Acrescentou que a questão lhe tinha sido transmitida por um adjunto autárquico noutra reunião, sublinhando que considera legítimo abordar o tema em diferentes fóruns. -----

Seguidamente, referiu-se a Santo Antão do Tojal, afirmando estar surpreendido com as condições de algumas vias locais. Criticou o investimento realizado num polidesportivo,

que estimou em cerca de cem mil euros, considerando que existiam simultaneamente estradas e acessos em muito mau estado, dificultando a circulação dos moradores. Questionou, por isso, os critérios de definição de prioridades do município. -----
Por fim, abordou o protocolo celebrado com a Associação Techari Internacional, referindo que os valores associados ao protocolo lhe suscitam dúvidas, os montantes mencionados foram variando ao longo do tempo e questionou as razões para esse aumento. Afirmou não ter tido acesso a documentação ou relatórios que lhe permitissem compreender plenamente o funcionamento do projeto.-----
Manifestou igualmente dúvidas sobre o papel dos mediadores no contexto escolar, questionando de que forma desenvolvem a sua atividade junto dos alunos e qual o impacto concreto dessa intervenção. Considerou que existe pouca informação pública sobre os resultados do protocolo e questionou a transparência do processo. Concluiu afirmando que estas preocupações já tinham sido levantadas também por outros eleitos em reuniões anteriores, onde o assunto deu origem a debate e a pedidos de esclarecimento, incluindo questões relacionadas com pareceres jurídicos e com a avaliação do protocolo em causa. -----

- Mário de Jesus Lopes, comentou a atualidade política e social do país, manifestando preocupação com o chumbo de alterações à legislação laboral e com a crescente conflitualidade social. Referiu igualmente a situação dos tribunais, considerando que existem dificuldades no funcionamento da justiça, nomeadamente devido à prescrição de processos e à perceção pública de que nem sempre as responsabilidades são devidamente apuradas. Mencionou ainda questões relacionadas com o sistema financeiro e com a atuação de entidades reguladoras, defendendo que assuntos de grande relevância pública merecem um escrutínio rigoroso. Referiu também casos mediáticos recentemente divulgados, considerando que estes devem ser analisados com seriedade e responsabilidade. -----

Virando a sua atenção para a realidade local, afirmou que a questão ambiental é muito importante e que existe a necessidade de continuar a trabalhar para melhorar a qualidade de vida das populações. Reconheceu que o investimento realizado no concelho de Loures tem sido significativo, mas considerou que ainda existem áreas onde é necessário reforçar a intervenção pública, designadamente na habitação, na saúde, nos transportes e na educação.-----

Sublinhou que a melhoria das condições de vida da população exige investimento continuado e a criação de condições que permitam aos cidadãos aceder a um conjunto mais vasto de oportunidades e direitos. Defendeu que é necessário investir mais no setor público e manifestou o entendimento de que as atuais políticas governativas nem sempre respondem adequadamente às necessidades da população. -----

Considerou que a democracia deve ser permanentemente defendida e consolidada, dando nota que baixos salários e situações de precariedade continuam a afetar uma

parte significativa da população. Salientou que os níveis salariais portugueses permanecem inferiores aos de muitos países europeus e defendeu que Portugal deve ambicionar melhores condições económicas e sociais. Acrescentou que a União Europeia tem desempenhado um papel relevante em diversos domínios, mas sustentou que os portugueses devem ser mais exigentes consigo próprios e com os seus representantes, defendendo a salvaguarda dos princípios democráticos nacionais. -----
Concluiu defendendo que existem ainda muitos aspetos a melhorar e reconheceu o esforço desenvolvido pelo Município de Loures na prossecução de iniciativas destinadas a salvaguardar e promover a qualidade de vida da população. -----

- Carlos Adelino da Silva, referiu que reside na União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação há cerca de seis anos, tendo anteriormente vivido mais de dez anos em Moscavide. Esclareceu, desde logo, que não tem qualquer interesse pessoal na questão que pretendia apresentar, tratando-se apenas de uma preocupação de natureza cívica relacionada com a preservação do património e da identidade urbanística local. -----
Explicou que, junto à igreja de Unhos, existe um edifício antigo de rés do chão e primeiro andar que foi recentemente objeto de requalificação. Segundo relatou, no âmbito dessa intervenção foi construída uma estrutura semelhante a uma marquise, acompanhando a escadaria exterior de acesso ao primeiro piso. Referiu que havia entregue fotografias da situação juntamente com o pedido de inscrição para intervenção. -----

O munícipe afirmou que ficou surpreendido ao verificar aquela alteração, por considerar que o local constitui um espaço nobre da freguesia de Unhos e do concelho de Loures, integrado num conjunto patrimonial constituído pela igreja, pelo largo envolvente e pelas habitações tradicionais existentes naquela zona. Na sua opinião, a estrutura instalada descaracteriza significativamente o ambiente urbanístico e arquitetónico do local, destoando da traça histórica da área. Recordou, a título de comparação, a experiência que teve enquanto residente em Palmela, onde as intervenções em zonas históricas estavam sujeitas a fortes restrições precisamente para garantir a preservação das características patrimoniais dos espaços. -----

Manifestou preocupação pelo facto de, caso não exista um adequado controlo urbanístico, intervenções daquela natureza possam contribuir para a perda gradual do valor histórico e patrimonial do núcleo antigo de Unhos. -----

Nesse sentido, solicitou que os serviços de urbanismo da Câmara Municipal avaliem a situação e verifiquem se a referida marquise se encontra em conformidade com as regras urbanísticas aplicáveis e se se enquadra adequadamente na envolvente arquitetónica e patrimonial daquela zona histórica. -----

Acrescentou que a estrutura já se encontra instalada há vários meses e que anteriormente tinha transmitido a sua preocupação à Junta de Freguesia, que lhe indicou que a matéria competia à Câmara Municipal, através dos serviços responsáveis pelo urbanismo. -----

Concluiu reiterando que a sua intervenção não tinha qualquer motivação pessoal contra ou a favor dos proprietários do imóvel, limitando-se ao exercício de cidadania e à preocupação com a preservação da identidade urbanística e patrimonial de Unhos. ----

- Maria José Alves Cardoso, começou por recordar que já tinha estado presente anteriormente noutra reunião para abordar a situação do Bairro de São João, em Camarate, na sequência da derrocada do muro ocorrida naquela zona. Referiu que, passados três meses, continua, juntamente com a sua família e os restantes moradores dos três prédios afetados, numa situação extremamente difícil e sem uma solução definitiva.-----

Explicou que continua impossibilitada de regressar à sua habitação e que, no dia 7 de março, foi notificada através de um edital que determinava a demolição da sua casa, bem como dos outros dois prédios contíguos. -----

Relatou que, durante algum tempo, beneficiou de apoio por parte da Câmara Municipal através da ação social, mas que esse apoio foi posteriormente suspenso. Segundo indicou, foi-lhe comunicado pelos serviços sociais que o único apoio disponível consistia na ajuda para o arrendamento de uma habitação, através do pagamento do primeiro mês de renda e da caução.-----

Salientou que a realidade do mercado de arrendamento torna essa solução difícil de concretizar, uma vez que são frequentemente exigidos dois meses de caução, para além da renda e, muitas vezes, a apresentação de fiador. Acrescentou que auferia o salário mínimo nacional e que todas as habitações que encontrou apresentavam valores de renda superiores à sua capacidade financeira. Referiu ter exposto essa situação à Dra. Julieta e à Dra. Olga, com quem manteve contactos ao longo do processo, explicando que o pagamento de uma renda a deixaria sem recursos para despesas essenciais, como alimentação, água ou eletricidade. Sublinhou que essa realidade é igualmente partilhada por outras famílias afetadas. -----

Informou ainda que, juntamente com os proprietários das restantes habitações abrangidas, tem vindo a solicitar uma reunião com o senhor vereador Nuno Dias e com o senhor Presidente da Câmara. Explicou que efetuou diversos contactos telefónicos e que lhe foi transmitido pela senhora Cidália que o assunto estava a ser tratado e que seria agendada uma reunião com os proprietários. No entanto, afirmou que até ao momento não recebeu qualquer informação adicional nem foi contactada para esse efeito. -----

Descreveu igualmente o impacto que a situação está a ter na sua vida familiar. Referiu que a sua filha e o neto, de dezoito meses, se encontram provisoriamente instalados no norte do país, a cerca de quinhentos quilómetros de Lisboa, em casa de um familiar. Acrescentou que o marido está a morar com os filhos, o genro com a avó, enquanto ela decidiu regressar à sua habitação. -----

Manifestou a convicção de que a casa não apresenta atualmente os riscos inicialmente apontados e afirmou que, nos últimos meses, não voltou a notar a presença de técnicos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) nem de engenheiros municipais, no local para acompanhar a situação ou avaliar a evolução das condições de segurança. --- Acrescentou que, ao longo dos três meses, também não verificou qualquer intervenção por parte da Junta de Freguesia, designadamente ao nível da limpeza das ruas, da verificação dos esgotos ou da eventual existência de ruturas nos ramais, aspetos que, na sua opinião, poderão igualmente ter contribuído para a ocorrência do deslizamento. Perante aquele cenário, questionou sobre quais as soluções que o município tem previstas para si, para a sua família e para as restantes pessoas afetadas.----- Concluiu sublinhando a situação particularmente difícil da sua filha e do neto, que necessitam de se deslocar regularmente a Camarate para consultas médicas, sendo obrigados a percorrer cerca de quinhentos quilómetros em cada deslocação. Reiterou que nem o seu rendimento nem o do genro permitem suportar os valores atualmente praticados no mercado de arrendamento, que, rondam frequentemente os oitocentos euros mensais. -----

- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, passou a palavra ao Executivo Municipal, para serem prestados esclarecimentos aos presentes.-----

- No uso da palavra, o Vereador, Nuno Ricardo da Conceição Dias, começou por abordar a questão apresentada pela senhora Maria José Alves Cardoso, referindo que já tinham conversado anteriormente e que estava marcada uma reunião para o dia 25, na Fábrica em Camarate. Explicou que a preocupação central da Câmara, antes de qualquer outra responsabilidade, era garantir a segurança das pessoas. Acrescentou que a senhora Maria José tinha plena consciência de que existia risco na zona onde residia e que esse risco nunca fora retirado da equação. Recordou que, ao sair de casa, a munícipe tinha uma derrocada a pouco mais de um metro da porta, evidenciando a gravidade da situação. -----

Afirmou que a área em causa era insuscetível de reabilitação e que essa impossibilidade não decorria da vontade da Câmara, mas sim da avaliação técnica realizada por uma entidade competente e com legitimidade superior nessa matéria: o LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Segundo essa avaliação, tratava-se de uma zona onde não era possível manter residentes. Informou que já tinha sido feita uma primeira avaliação das habitações existentes e que a senhora Maria José já tinha recebido apoios por não poder permanecer no local. Sublinhou que todos tinham de cumprir o percurso necessário para resolver a situação e que, tal como da última vez, estaria disponível para voltar a falar com a munícipe após a sessão, além da reunião já agendada.----- Prosseguiu dizendo que a construção existente não era passível de legalização e que, além disso, representava risco para qualquer pessoa que tentasse usufruir do edificado.

Afirmou que o município não podia, em consciência, ignorar a situação, como tinha acontecido durante cinquenta anos, e que não podia permitir que, em caso de acidente, recaísse sobre a Câmara a responsabilidade por ter permitido a utilização. Reforçou que a zona era insuscetível de legalização e que quem ali tinha adquirido terrenos e construído com esforço próprio, que reconhecia, não tinha possibilidade de obter licença ou garantias de utilização segura. -----

Referiu ainda que tinham sido identificadas transações de partes ou parcelas dessas habitações, apesar de não ser legalmente possível fazê-lo, e que a senhora Maria José, vivendo no local, também saberia disso. Sublinhou que tais transações não podiam ocorrer. -----

Explicou que a área sob a sua tutela na Câmara tinha como missão garantir que os edifícios eram utilizáveis e seguros, o que não acontecia naquele caso. Indicou que, na reunião do dia 25, iriam esclarecer todos os proprietários sobre a situação, reiterando que não era possível ignorar um problema que colocava vidas em risco. Recordou que ninguém tinha previsto que a derrocada ocorreria naquele ano, embora já tivesse acontecido anteriormente, incluindo há trinta anos, quando uma casa também tinha ruído. Defendeu que a prioridade era assegurar a segurança das pessoas. -----

Informou que existiam mecanismos de apoio disponibilizados pelo município, mas que a Câmara não podia conceder soluções que não fossem legalmente permitidas. Referiu a existência de mecanismos de inscrição para habitação municipal e outros programas de habitação, mas esclareceu que o que a munícipe pretendia era que a Câmara assumisse responsabilidade sobre um edificado que não lhe competia. Reafirmou que a responsabilidade municipal era garantir segurança e qualidade habitacional, razão pela qual tinham atuado rapidamente para evitar uma tragédia, mantendo abertura para continuar a dialogar, como demonstrava a reunião já marcada. Acrescentou que tinha articulado a data com o Presidente da Junta e que, nessa reunião, seriam prestados todos os esclarecimentos necessários, mantendo como premissa que o município não podia descurar a segurança das pessoas, sob pena de todos serem responsabilizados. --

Passando à questão colocada pelo senhor Carlos Adelino Silva, agradeceu a intervenção e informou que tinha tomado conhecimento da situação da marquise apenas naquela semana. Esclareceu que o Plano Diretor Municipal de Loures não permitia tal construção e que o caso já tinha sido encaminhado para contraordenação. Indicou que seria emitida uma contraordenação e que o proprietário seria notificado para repor a legalidade urbanística. Explicou que, apesar de o edifício ser anterior a 1951, não podia ter aquele tipo de acréscimo, sobretudo por se tratar de uma zona de reserva, nomeadamente junto à igreja, que exigia uma área de proteção. Acrescentou que, embora o solo fosse urbano, existiam regras específicas quanto à implantação, metodologia e técnicas utilizadas. Concluiu reafirmando que o proprietário seria notificado para repor a legalidade. -----

--- Terminado o “Período de Intervenção do Público”, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, deu início ao “Período da Ordem do Dia”. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO OITO** -----

Gestão Municipal (Apreciação ao abrigo do disposto da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual). Informação escrita do Presidente da Câmara. -----

- Numa primeira ronda entrevistaram: -----

- Bruno Alexandre Caçador Simão (CDU), disse que começaria por abordar uma questão trazida por uma munícipe de Camarate, relativa ao bairro de São João. Referiu que todos tinham consciência de que não era fácil resolver o problema, devido às condições de origem que existiam no local, incluindo zonas insuscetíveis de reabilitação por razões de segurança, sobretudo relacionadas com a geotecnia dos terrenos onde os edifícios estavam implantados. Acrescentou que esse era um lastro histórico presente em alguns pontos do território. -----

Explicou que, apesar disso, havia um aspeto que considerava não ter ficado totalmente esclarecido: existia um conjunto de famílias cuja permanência naquele local já tinha sido identificada como desadequada, devido às condições de risco iminente. Sublinhou que não estava claro quais as diligências que estavam a ser tomadas para que essas famílias encontrassem não uma solução de emergência, que já não se adequava minimamente à sua situação, mas uma solução de nova residência, independentemente das circunstâncias. -----

Deu nota que soluções de alojamento de emergência eram adequadas em casos como incêndios, cheias ou aluimentos que, posteriormente, se percebia poderem ser resolvidos sem perigo futuro. Contudo, afirmou que não era essa a situação presente no bairro de São João. Recordou que existiam vários mecanismos e que, em tempos, tinham discutido um deles para outra situação no território: o programa *Porta de Entrada*. Na altura, tinha sido explicado que esse mecanismo não podia ser mobilizado pelo município em articulação com o IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana porque não se verificava uma situação de catástrofe ou risco iminente, condição essencial para justificar o acesso ao programa. -----

Afirmou que, no caso atual, essa condição estava plenamente verificada, pelo que o *Porta de Entrada* se enquadrava perfeitamente. Explicou que o mecanismo permitia, com apoio do IHRU, o recurso a arrendamento apoiado para famílias, em função da sua condição económica, com ou sem intermediação direta do município na celebração do

contrato de arrendamento para posterior subarrendamento às famílias. Acrescentou que esse era um mecanismo totalmente possível. Questionou se esse caminho estava a ser explorado e, caso estivesse, porque razão a situação já durava três meses sem solução à vista, ponderando se tal se devia a falta de resposta do IHRU.-----

Abordou outras zonas afetadas, nomeadamente o bairro de São Benedito, em Camarate, e o bairro Mira Loures, onde também se viviam situações complicadas. Referiu que havia fortes condicionamentos à circulação de trânsito em ambos os locais. No caso do bairro Mira Loures, informou que continuava cortada uma via de acesso a Frielas, pela Terra da Anja, que tinha bastante utilização. Perguntou se existia previsão para o restabelecimento das condições de circulação, apesar dos condicionamentos. Acrescentou que, nessas duas localizações, também se verificava um forte condicionamento à recolha de resíduos sólidos. Explicou que a impossibilidade ou dificuldade de acesso tinha levado à desmobilização de alguns pontos de deposição de resíduos, que tinham sido deslocados para locais mais afastados dos habituais. Deu nota que se tinha criado uma prática em que as pessoas depositavam o lixo no sítio onde anteriormente existia o contentor, e que a Junta de Freguesia parecia estar a ajudar na remoção desses resíduos. Considerou, contudo, que essa situação não era adequada, pois não deveria existir um local onde o lixo fosse colocado diretamente no chão. -----

Sugeriu que, tal como acontecia em zonas onde a recolha era feita com viaturas ligeiras, poderia ser utilizada outro tipo de contentorização mais pequena, como existia em Lisboa e noutros locais, permitindo facilitar o trabalho de limpeza e evitar a situação verificada. Questionou se era possível melhorar o serviço contingente de recolha de resíduos e quando se previa o restabelecimento das condições de circulação em algumas vias. Perguntou ainda se, nesses dois locais, existiam situações semelhantes às identificadas no bairro de São João, que causassem maiores constrangimentos às famílias.-----

Informou que havia dois temas maiores que gostariam de ver discutidos: informação sobre a obra do Metro, relativamente à qual já não recebiam dados circunstanciados há algum tempo e informação sobre a linha BRT e a solução encontrada para a zona oriental, perguntando se já existiam estudos prévios de traçado e inserção no território. Abordou também o ponto de situação dos investimentos em habitação financiados pelo PRR. Recordou que estavam há pouco mais de um mês e meio do fim da execução, havendo depois alguns meses para tramitação administrativa. Explicou que a documentação tinha de entrar no Gestor do Fundo com data até 30 de junho, mesmo que chegasse formalmente mais tarde, e que a execução física e financeira tinha de estar suportada por documentos datados até essa data. Perguntou qual era o ponto de situação da execução dos projetos financiados, lembrando que os focos concluídos física e financeiramente até 30 de junho teriam participação de 100%, enquanto tudo o que fosse concluído até 31 de dezembro poderia sofrer penalização nunca inferior a

15%. Questionou o que se previa necessitar de outro tipo de suporte para conclusão dos investimentos que não o apoio total previsto no aviso do PRR.-----

Passando para Camarate, perguntou qual o ponto de situação da obra na ribeira da Apelação, junto à avenida Brasília. Assinalou que se tratava de um investimento difícil e que esperavam que resolvesse o problema do aparecimento contínuo de efluentes domésticos na zona, algo difícil de compreender tendo em conta o trabalho já realizado. Referiu que os moradores continuavam a reportar odores, o que evidenciava a existência de escorrências e provável contaminação da linha de água. Perguntou se a situação estava identificada. -----

Por fim, questionou quando se previa o restabelecimento da circulação na rua de acesso ao cemitério de Unhos, que continuava condicionada, referindo não conhecer exatamente a situação no local. -----

- Luís Filipe Pereira Direitinho (CH), começou por abordar a questão do acesso ao apeadeiro da Bobadela, questionando quando o Executivo prevê, em articulação com a CP, tornar aquele acesso mais adequado e confortável para os utilizadores. Referiu que as queixas dos munícipes são recorrentes, sobretudo durante o período de inverno, quando as condições de luminosidade são mais reduzidas, considerando a situação particularmente constrangedora. -----

Passando à análise do Relatório de Gestão Municipal, referiu que entre janeiro e fevereiro foram registados mil seiscentos e vinte e dois atendimentos no âmbito do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), questionando se esse volume de atendimentos se encontrava exclusivamente relacionado com os efeitos da intempérie ocorrida entre os dias 5 e 7 de fevereiro. Relativamente aos três mil cento e trinta e três contactos telefónicos registados, procurou igualmente perceber se existiram constrangimentos no acesso dos munícipes a esse serviço.-----

Ainda no âmbito da ação social, referiu que o documento menciona a celebração de dez protocolos com IPSS, entidades equiparadas, juntas e uniões de freguesia, perguntando de que forma o município está a monitorizar a eficiência e a eficácia desses protocolos. Relativamente ao acompanhamento da Rede Social, questionou sobre os workshops destinados à empregabilidade de pessoas portadoras de deficiência, solicitando esclarecimentos adicionais sobre o respetivo conteúdo e funcionamento. Perguntou ainda quais as medidas que o Executivo e as entidades parceiras pretendem implementar para promover a integração profissional daquelas pessoas. -----

No que respeita ao Rendimento Social de Inserção (RSI), referiu que, de acordo com os dados disponibilizados, o apoio abrangia cerca de mil quatrocentos e oitenta e nove agregados familiares, motivo pelo qual, questionou quantos beneficiários tinham conseguido ingressar no mercado de trabalho e que estratégias ou medidas estavam a ser desenvolvidas para aumentar o número de contratos de inserção. -----

Abordando depois a área do desenvolvimento dos recursos sociais, referiu-se à Associação Animalife, recordando que essa entidade presta apoio a animais de companhia e que existe um protocolo celebrado com o município. Lembrou que, em 14 de janeiro de 2024, essa questão tinha sido discutida na Comissão de Ambiente, Qualidade de Vida, Recursos Naturais e Animais e que, na ocasião, o vereador com o pelouro havia informado que o protocolo seria revisto. Nesse sentido, perguntou se essa revisão já tinha sido concretizada. -----

Aproveitando a referência à temática animal, solicitou igualmente informação sobre a previsão para o lançamento do procedimento pré-contratual relativo ao CROAL. -----

Por fim, relativamente ao Programa MAIS Loures, mencionou que tinham sido recebidas cento e quarenta e oito candidaturas e questionou qual a estimativa do Executivo para a comunicação das decisões às associações e entidades candidatas.-----

- Rui Miguel Paiva Lopes Pinhel (PPD/PSD), começou por transmitir dois alertas que lhe haviam sido comunicados por munícipes. O primeiro dizia respeito à EN 10, imediatamente após a rotunda do E.Leclerc, onde existe uma árvore de grande porte que se encontra parcialmente desenraizada e com uma inclinação bastante acentuada. Alertou para o risco de queda iminente da árvore sobre as catenárias da linha ferroviária existente naquele local e considerou que, caso ainda não tivesse sido feita qualquer diligência, a Câmara Municipal deveria proceder com urgência à notificação do respetivo proprietário. -----

O segundo alerta relacionava-se com a saída de emergência do percurso ribeirinho que estabelece ligação entre a rotunda do IC2 e a EN10. Referiu que os portões se encontram abertos e que a rede de proteção destinada a impedir a entrada de animais na via apresenta danos visíveis, dando a entender que seria necessária uma intervenção célere naquele ponto.-----

Passando às questões concretas, referiu que o castelo de Pirescoxe, tradicional espaço de referência para a realização de eventos e atividades comunitárias em Santa Iria de Azóia, se encontra atualmente sem condições de utilização. Explicou que essa situação tem levado à deslocação de diversos eventos para outras localidades da freguesia, apontando como exemplo mais recente a realização da Feira Medieval em São João da Talha. Acrescentou que também a Caminhada de Gerações deixará de ter início no castelo e que, previsivelmente, todas as restantes iniciativas que habitualmente ali decorriam, terão igualmente de ser realizadas noutros locais. Nesse contexto, questionou qual a previsão para que o espaço possa ser devolvido à comunidade e quais as razões que motivaram a situação atual. Salientou ainda que essa realidade prejudica não apenas a população, mas também os empresários e comerciantes da zona, que deixam de beneficiar do movimento de visitantes habitualmente gerado pelos eventos realizados naquele local. -----

Por fim, abordou a situação da estação ferroviária da Bobadela, referindo que um dos pisos do parque de estacionamento do E.Leclerc se encontra encerrado. Referiu que aquele espaço é utilizado maioritariamente por utentes da estação ferroviária e manifestou preocupação com a possibilidade de, na sequência da transição da loja E.Leclerc para Auchan, o parque deixar de poder ser utilizado para esse fim, por se tratar de propriedade privada. Pelo exposto, questionou se a Câmara Municipal tem prevista alguma solução para essa eventualidade, alertando que o eventual encerramento daquele espaço poderia criar dificuldades significativas aos utilizadores da estação. Perguntou ainda se estaria a ser ponderado algum entendimento ou acordo que permitisse manter a utilização do parque de estacionamento pela população. -----

- Tiago Filipe Jorge da Silva (IL), referiu que tinha três questões a colocar. A primeira, já abordada pelo deputado municipal Bruno Simão, dizia respeito ao Metro de Loures. A segunda, consistia em saber se era possível fazer um novo balanço sobre a situação da urgência obstétrica do Hospital Beatriz Ângelo. Por fim, levantou uma terceira questão, relacionada com um tema que não tem sido tão falado: o centro de Loures. Referiu que quem não conhece a cidade e a visita pela primeira vez pode pensar que aquele não é o centro da capital do concelho, uma vez que existem localidades mais pequenas no país com mais dinamismo. Recordou ainda que a Câmara Municipal se tinha candidatado a programas de bairros comerciais digitais, mas que essas candidaturas não tinham sido aprovadas. Nesse sentido, perguntou se, entretanto, tinham sido tomadas outras iniciativas com vista à revitalização do centro de Loures. -----

- Jorge Manuel Lopes Antunes (PPD/PSD), referiu que tinham chegado ao gabinete de apoio do PSD algumas questões relacionadas com a avenida Vasco da Gama, no Infantado. Segundo lhe foi transmitido, tinha sido realizada uma intervenção profunda num dos passeios da avenida, mas o passeio do lado oposto encontrava-se em muito mau estado de conservação, tendo provocado algumas quedas de peões. Acrescentou que existiam também caixas de acesso a válvulas de corte, eventualmente associadas a serviços públicos, que estavam partidas, levando as pessoas a tropeçar ou a colocar nelas os pés, o que considerava desagradável. Perguntou se a Câmara tinha prevista alguma intervenção naquele local. -----

Referiu ainda que os moradores daquela zona tinham transmitido uma preocupação que consideravam constituir um problema de saúde pública, relacionada com a grande quantidade de aves existentes. Segundo explicou, os dejetos das aves afetavam peões e veículos, criando dificuldades de limpeza e manutenção, para além dos problemas associados às penugens e às alergias. Acrescentou que já existiam dificuldades causadas pelos choupos naquela época do ano, pelo que a situação era vista pelos moradores como particularmente problemática. -----

Levantou também uma questão relacionada com a segurança rodoviária na saída da A8. Explicou que, ao chegar à rotunda junto ao posto de combustível da BP, do lado esquerdo, era frequente encontrar camiões estacionados de forma indevida na curva, o que reduzia a visibilidade e colocava em risco os condutores que saíam da autoestrada para entrar naquela rotunda de tráfego intenso.-----

De seguida, reconheceu que tinha existido um volume significativo de atividade municipal durante o período em análise, mas era importante colocar algumas questões. Deu nota que tinham sido verificadas prorrogações dos prazos de execução de obras relevantes, nomeadamente da Unidade de Saúde Familiar de Sacavém, da Unidade de Saúde de Camarate e da Escola Básica do Infantado, perguntando qual era a previsão atual para a conclusão dessas intervenções. -----

Acrescentou que o relatório fazia referência a cerca de 487 intervenções de manutenção abertas e 361 concluídas no mesmo período, bem como a 133 pedidos logísticos para 100 serviços realizados. Nesse contexto, questionou se estava prevista alguma medida destinada a reforçar a capacidade de resposta dos serviços e a reduzir as pendências existentes, procurando saber se seriam tomadas iniciativas para que os processos decorressem de forma mais célere.-----

Referiu ainda que o relatório registava 27 acidentes de trabalho no período em causa, incluindo um acidente grave, e perguntou se estavam previstas medidas adicionais de prevenção para reduzir esse número de ocorrências, considerando que se tratava de uma situação preocupante e prejudicial, sobretudo para os trabalhadores envolvidos.--

Por fim, assinalou que o relatório mencionava investimentos na modernização administrativa, na integração de sistemas e na desmaterialização de processos, questionando quais seriam as melhorias concretas que os munícipes poderiam sentir no atendimento em resultado dessas medidas.-----

- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, passou a palavra ao Executivo Municipal, para serem prestados esclarecimentos às questões suscitadas. ----

- O Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Jorge Colaço Leão, informou que a Presidente do Metro Ihe tinha telefonado cerca de duas semanas antes, comunicando uma situação que já era conhecida: o avanço do projeto do Metro tinha sido travado porque a Comissão Europeia levantou uma inspeção sobre um dos fornecedores de material circulante do consórcio vencedor, a Mota Engil. Explicou que o fornecedor em causa era uma empresa chinesa e que a Comissão Europeia levantou dúvidas quanto ao cumprimento das regras de concorrência, nomeadamente se essa empresa teria recebido apoio estatal do governo chinês. Indicou que, durante vários meses, decorreu essa inspeção, mas que a Mota Engil acabou por retirar a empresa chinesa do consórcio e substituí-la pela Siemens. Acrescentou que, com essa alteração, a Comissão Europeia levantou a fiscalização, permitindo que a adjudicação pudesse avançar muito

brevemente, o que considerou uma boa notícia no processo do Metro. Referiu ainda que, após a adjudicação, o procedimento seguiria para visto do Tribunal de Contas, criando condições seguras para que a obra pudesse iniciar-se no final do ano ou no primeiro trimestre do seguinte.-----

Referiu que essa evolução colocava novas preocupações, relacionadas com o plano de obra e a forma como seria executada: se começaria nas duas pontas e cruzaria no meio, ou se iniciaria numa extremidade até à outra. Sublinhou que essa informação era essencial para que o município pudesse articular e comunicar à população os constrangimentos que decorreriam da execução da obra. Concluiu que, apesar dessas preocupações, a boa notícia era que tudo indicava que o Metro chegaria finalmente ao concelho. -----

Relativamente à linha BRT (Lios), disse que, sem prejuízo de disponibilizar os serviços municipais para apresentar detalhadamente o traçado e o projeto em sede de Comissão, a informação relevante naquele momento era que tinha contactado a Ministra do Ambiente. Explicou que o município aguardava a publicação do aviso que permitiria a candidatura de Lisboa, Loures e Oeiras ao financiamento do Fundo Ambiental. Indicou que a informação recebida era de que o aviso seria publicado durante o mês em curso, permitindo a candidatura de Loures ao Lios da zona oriental. -----

Sobre o PRR, agradeceu a questão colocada e esclareceu duas matérias. Confirmou que o prazo de execução era, inicialmente, o final de junho, mas afirmou convictamente que esse prazo tinha sido prolongado até 31 de agosto, com aceitação da Comissão Europeia. Explicou que, até essa data, as obras tinham de cumprir duas condições: receção provisória e certificado energético. Acrescentou que, em reunião recente da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses, foi transmitida uma alternativa para evitar penalizações: obras que não conseguissem cumprir o prazo poderiam ser consideradas elegíveis se estivessem executadas em 90% até 31 de agosto.-----

Mencionou que, no caso de Loures, as obras de habitação seriam explicadas pelo vereador competente. Quanto às restantes obras financiadas pelo PRR, referiu que a Escola Gaspar Correia estava em condições de terminar antes do final de agosto e que o Centro de Saúde de Camarate também não apresentava riscos de incumprimento, conforme garantido pela empresa construtora. Sobre a Escola Maria Veleza, recordou que já tinha sido explicada a razão da sua saída do PRR e a integração noutra Aviso. ----

Reconheceu o esforço das equipas nas obras e afirmou que os atrasos não eram responsabilidade das câmaras municipais. Explicou que muitos atrasos decorreram de fatores conjunturais, como intempéries, e estruturais, como o défice de mão de obra na construção civil. Exemplificou com o caso do Centro de Saúde de Camarate e com o estádio municipal, que sofreram atrasos devido a dificuldades de empresas fornecedoras afetadas por intempéries na zona centro do país. Defendeu que não se podia imputar às autarquias o ónus dos atrasos do PRR, sublinhando que os municípios

avançaram com obras que, originalmente, não eram da sua responsabilidade, aproveitando um mecanismo único de financiamento.-----

Sobre a obra da Ribeira da Apelação, informou que a conclusão estava prevista para junho daquele ano, apesar da grande complexidade e dos problemas surgidos na execução. Referiu que o impacto no comércio local seria minimizado. Quanto ao esgoto, esclareceu que existia uma ligação ilegal de um prédio, já corrigida durante a obra. ----

Relativamente ao acesso ao cemitério de Unhos, explicou que existia um problema de consolidação de terras. Informou que havia receio técnico de intervir no muro devido ao risco de derrocada do talude, pelo que os serviços aguardavam que o terreno secasse e consolidasse para permitir uma avaliação técnica mais aprofundada.-----

Sobre a passagem pedonal da Bobadela, relatou que, em reunião com o Ministro das Infraestruturas e o Presidente da IP, foi informado de que a obra avançaria brevemente. Explicou que a nova passagem pedonal seria construída sobre duas linhas ferroviárias, a de passageiros e a de mercadorias, ligando diretamente ao Parque Papa Francisco. Assinalou que essa obra permitiria criar um espaço de estacionamento no parque, facilitando o acesso ao metro. Referiu ainda que, apesar da decisão do E.Leclerc sobre o estacionamento, o município pediria uma reunião para tentar minimizar ou adiar o fecho até à conclusão da obra.-----

Sobre o CROAL, mencionou que o concurso seria lançado em junho e que, se tudo corresse bem, a obra poderia iniciar-se em janeiro do ano seguinte. Explicou que o atraso no lançamento do concurso se devia ao parecer obrigatório da APA – Agência Portuguesa do Ambiente. -----

Quanto ao percurso ribeirinho, disse que já tinha solicitado informação ao Departamento de Obras Municipais e que responderia aos deputados municipais na semana seguinte.-----

Relativamente ao Castelo de Pirescoxe, descreveu a situação como sensível. Informou que, devido às intempéries e às análises técnicas realizadas, o castelo estava em risco, motivo pelo qual o acesso fora vedado. Indicou que o Património Cultural tinha realizado uma visita técnica e que já tinha contactado a Ministra da Cultura, com quem tinha agendada uma visita para o final do mês. Explicou que o custo de reparação era avultado e que seria importante obter apoio governamental para a requalificação do equipamento, essencial para a dinâmica cultural e social do bairro. -----

Sobre o passeio do Infantado, esclareceu que o município já tinha intervindo num dos lados e que, no ano seguinte, seria requalificado o passeio do lado oposto. Indicou que o separador central apresentava problemas relacionados com resíduos das árvores e reclamações dos moradores. Reiterou que era necessário repensar o tipo de arvoredo das urbanizações, por não ser compatível com a qualidade de vida da população, e que o município iria substituir as árvores por espécies mais adequadas, reparando também as caleiras danificadas.-----

Sobre os centros de saúde, fez uma distinção entre requalificações e novas construções. Informou que as requalificações, financiadas no âmbito da transferência de competências da saúde, estavam dentro do prazo e terminariam entre junho e julho. Quanto aos novos centros de saúde, explicou que o de Camarate estava a cumprir o calendário, enquanto o da Bobadela avançava ao ritmo possível, dado que a mesma empresa tinha vencido ambos os concursos e estava a priorizar o de Camarate por estar integrado no PRR. -----

Por fim, sobre as obras de conservação e manutenção nos equipamentos municipais, informou que o município tinha lançado uma empreitada para serviços continuados, permitindo uma intervenção sistemática nos equipamentos municipais, evitando procedimentos avulsos. Explicou que o Departamento de Obras Municipais definiria prioridades e urgências conforme as necessidades de cada edifício. -----

- A Vice-Presidente, Sónia Alexandra da Silva Paixão dos Santos Bernardo Lopes, informou que, relativamente às questões colocadas pelo deputado municipal Bruno Simão, estavam a ser acompanhadas socialmente seis famílias do Bairro de São João e três do Bairro de São Benedito. Explicou que algumas dessas famílias estavam alojadas em centros de acolhimento ou unidades hoteleiras, enquanto outras, por preferência própria, permaneciam em casas de familiares. Acrescentou que a todas tinha sido proposto o programa *Porta de Entrada* e que esse estava a ser trabalhado, tendo em conta a situação de risco identificada. Indicou que as famílias encontravam-se em procura ativa de habitação no mercado de arrendamento, condição necessária para formalizar a candidatura junto do IHRU, permitindo posteriormente o encerramento do respetivo dossiê.-----

Sobre os investimentos em habitação, referiu que as operações de reabilitação e construção ainda em curso, Urmeiras, Ary dos Santos (Apelação) e Parcela 6, não apresentavam qualquer risco de incumprimento de prazo. Relativamente aos dois processos de construção de raiz, Eixo Norte-Sul e Galeão, esclareceu que o município estava a trabalhar com o IHRU e com o empreiteiro para avaliar a possibilidade de desagregar as candidaturas, de modo a que uma parte pudesse cumprir o prazo do PRR e a restante transitasse para comparticipação de 85%, caso as habitações ficassem concluídas até ao final do ano, como estimado. Reforçou que, conforme referido pelo Presidente da Câmara, era necessário garantir até agosto o auto de receção provisória das habitações. -----

Em resposta às questões colocadas pelo deputado municipal Luís Direitinho, explicou que o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) funcionava nas dez freguesias do concelho, resultando de parcerias entre a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia, quando dispõem de técnicos, e diversas IPSS com protocolos de colaboração. Informou que o aumento de atendimentos telefónicos se relacionava com metodologias

de acompanhamento, como o rendimento social de inserção (RSI), que exigia monitorização regular do cumprimento das obrigações das famílias.-----

Esclareceu que, quando o município assumiu a responsabilidade pelo RSI, existiam 1.596 prestações ativas e que, a 31 de dezembro de 2025, esse número tinha descido para 1.453. Sublinhou que apenas 279 dessas prestações correspondiam a residentes em habitação municipal, contrariando a perceção de que esses seriam os principais beneficiários. Informou ainda que, em 2023, tinham sido cessadas 315 prestações e, em 2025, 446. Explicou que a maioria das cessações (55,8%) se devia ao incumprimento das ações previstas no contrato de inserção, o que demonstrava a eficácia da nova metodologia de trabalho, baseada na proximidade e na verificação real do cumprimento das obrigações, como procura ativa de emprego, frequência escolar dos filhos ou pagamento da renda.-----

Complementou a informação relativa ao castelo de Pirescoxe, referindo que a visita técnica do Património Cultural IP e das equipas municipais tinha ocorrido nos dois dias anteriores. Deu nota que seria elaborado um relatório com propostas de intervenção, sendo a mais grave e onerosa a estabilização das muralhas, esperando que o Governo pudesse contribuir para a solução.-----

Sobre a questão colocada pelo deputado municipal Tiago Silva, relativa às urgências obstétricas do Hospital Beatriz Ângelo, afirmou que não existiam grandes constrangimentos. Informou que, entre 16 de março e 15 de abril, tinham sido registadas 1.339 admissões na urgência, número semelhante ao período homólogo de 2025 (1.149) e ao mês anterior (1.117). Quanto aos partos, mencionou que, no mesmo período de 2025, tinham sido realizados 219, enquanto em 2026 tinham sido realizados 200, evidenciando uma ligeira diminuição. -----

Respondendo ao deputado municipal Jorge Antunes sobre acidentes de trabalho, disse que, embora qualquer caso fosse motivo de preocupação, os 27 acidentes registados representavam apenas 0,9% do universo municipal. Explicou que o município desenvolvia ações de sensibilização, acompanhamento técnico especializado e garantia de equipamento de proteção individual, fruto de investimento contínuo.-----

Sobre modernização administrativa e desburocratização, destacou que essa era uma área transversal, mas exemplificou com o domínio da habitação. Explicou que todo o expediente passava agora pelo Balcão Único, que a maioria dos processos do Departamento de Habitação estava desmaterializada e que qualquer munícipe arrendatário podia apresentar documentação em qualquer ponto de atendimento, ao contrário do modelo anterior, limitado aos gabinetes de bairro e ao uso exclusivo de papel.-----

- O Vereador, Nuno Ricardo da Conceição Dias, começou por responder ao senhor deputado Rui Pinhel, referindo que, relativamente à situação na EN 10, caso se tratasse da árvore já identificada, um cipreste localizado no terreno do Souto, se não estava em

erro, dificilmente essa representaria risco para as catenárias da linha ferroviária, uma vez que se encontra ainda do lado da EN10. Informou que a situação já estava identificada e que o proprietário tinha sido notificado, sem prejuízo de os serviços voltarem ao local para verificar se existia alguma outra árvore, eventualmente do lado oposto, que necessitasse de intervenção.-----

Acrescentou, em complemento ao que já tinha sido referido pelo senhor Presidente da Câmara, que se encontra em estudo uma nova tipologia de árvores, no âmbito de um projeto-piloto para zonas urbanas. Explicou que o objetivo passa por alterar as espécies utilizadas, de forma a proporcionar uma melhor integração urbana e maior qualidade de vida. Referiu ainda que a zona do Infantado constituirá um dos exemplos das intervenções previstas nesta matéria.-----

Dirigindo-se depois ao senhor deputado municipal Bruno Simão, relativamente ao Bairro de São Benedito, esclareceu que a situação ali existente é distinta da verificada noutros locais. Informou que o LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil continua a acompanhar a evolução do deslizamento de terras, em particular junto das duas habitações localizadas nas extremidades da área afetada. Referiu que, numa fase inicial, se verificaram alguns assentamentos e consolidação dos terrenos, mantendo-se o acompanhamento técnico regular da situação. Salientou que o risco existente no Bairro de São Benedito é significativamente inferior ao registado no Bairro de São João, onde as evidências de instabilidade são mais visíveis e preocupantes. Ainda assim, acrescentou que também no Bairro de São João tem sido efetuada monitorização contínua, especialmente naquela fase do ano em que os terrenos começam a secar. Explicou que, com a redução da humidade e a consequente compressão dos solos, podem ocorrer movimentações adicionais, razão pela qual os serviços continuam atentos à evolução da situação. -----

Quanto à questão dos resíduos sólidos urbanos, esclareceu que, antes de serem alteradas as localizações dos contentores, todos os moradores e proprietários foram devidamente notificados. Informou igualmente que foram distribuídos panfletos informativos a explicar a alteração dos locais de deposição dos resíduos. Reconheceu que os novos pontos de deposição poderão implicar um percurso adicional para os moradores, embora considere que essa distância não seja excessiva. Sublinhou, que existe um risco real associado à circulação na zona afetada e recordou que o encerramento da via não resultou de uma recomendação, mas sim de uma indicação expressa do LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, que determinou a necessidade de manter aquela via encerrada. -----

Explicou que o Departamento de Obras Municipais, em articulação com o LNEC, procedeu à colocação de barreiras de betão para impedir a circulação de veículos. Informou ainda que os Serviços Intermunicipalizados se encontram a avaliar soluções alternativas que permitam assegurar uma recolha de resíduos mais eficaz naquele local, sem comprometer a segurança. Afirmou que, com base nos elementos técnicos

disponíveis, o município não pretende correr riscos, nem para os trabalhadores nem para os moradores, permitindo a circulação de viaturas pesadas numa zona sujeita a instabilidade. Reiterou que a alteração da localização dos contentores foi previamente comunicada e que os próprios SIMAR efetuaram o levantamento e acompanhamento da situação no terreno. -----

- A Vereadora, Paula Alexandra Flora da Costa Magalhães, começou por responder ao senhor deputado municipal Luís Direitinho, acerca do protocolo com a Associação Animalife. Referiu que, no início do ano, lhe foi apresentada para consideração a renovação desse protocolo e que procurou de imediato conhecer o objeto do contrato. Foi-lhe então explicado que o mesmo tinha como finalidade apoiar famílias referenciadas pela ação social e acompanhadas pela referida associação, envolvendo uma despesa de sete mil e quinhentos euros. -----

Acrescentou que reuniu com a técnica responsável pela DBA para avaliar os benefícios obtidos no ano anterior e que concluiu que os acordos previstos no contrato não estavam a ser cumpridos. Verificou ainda que as listas apresentadas não correspondiam às famílias efetivamente referenciadas nem às famílias apoiadas. Perante essa situação, informou que foi entendido, em conjunto, que os sete mil e quinhentos euros seriam suficientes para que o próprio município prestasse diretamente o apoio às famílias referenciadas. Garantiu que esse apoio continuaria a ser assegurado, mesmo na ausência do protocolo, sem deixar qualquer família desprotegida. Sublinhou ainda que as famílias continuariam a ser acompanhadas e que, no seu entendimento, estavam atualmente a ser acompanhadas de forma mais eficaz. -----

Em resposta ao senhor deputado municipal Jorge Antunes relativamente ao estacionamento de camiões na saída da A8, junto à rotunda da BP, explicou que têm sido realizadas várias ações de sensibilização. Referiu que é frequente os condutores permanecerem dentro dos veículos a descansar, não se tratando, na maioria dos casos, de um estacionamento em que abandonem os camiões. -----

Esclareceu que estes veículos estão equipados com tacógrafos e que os motoristas são obrigados a realizar pausas periódicas. Nesse sentido, e tendo em conta a inexistência, nas proximidades, de um parque adequado para esse tipo de viaturas, tem sido solicitado aos condutores que utilizem estações de serviço preparadas para esse efeito. Reconheceu, contudo, que poderá ser necessário, num futuro próximo, abandonar a fase de sensibilização e avançar para medidas mais firmes. Indicou que, para já, a atuação tem passado sobretudo pela prevenção, mas que está prevista uma intervenção mais incisiva a curto prazo. Concluiu, afirmando que aquele local não é adequado ao estacionamento de camiões e que, embora a prevenção seja sempre a primeira opção, será necessário passar à ação caso a situação persista. -----

- A Vice-Presidente, acrescentou que lhe tinha faltado responder a uma questão colocada pelo deputado municipal Luís Direitinho, relativa ao programa MAIS Loures. Informou que as candidaturas se encontravam em fase de avaliação final e que o município estimava poder submeter a respetiva aprovação à Câmara Municipal no final de maio ou no início de junho. Explicou ainda que tal permitiria encerrar também o processo referente ao ano de 2025, uma vez que se tratava de duas situações interligadas.-----

- De seguida, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, passou a palavra aos eleitos para uma segunda ronda de questões. Intervieram: -----

- Bruno Alexandre Caçador Simão (CDU), agradeceu ao Executivo os esclarecimentos prestados às questões que tinha colocado. Em seguida, apresentou comentários adicionais sobre alguns dos temas abordados.-----

Relativamente ao acesso ao programa *Porta de Entrada* pelas famílias afetadas pelas intempéries, afirmou, com base na sua experiência, que o sucesso desse mecanismo para famílias com condição económica muito baixa é extremamente reduzido quando não existe um envolvimento direto do município através da modalidade de arrendamento para subarrendamento. Explicou que o *Porta de Entrada* prevê que o município possa celebrar o contrato de arrendamento e, posteriormente, subarrendar a habitação à família, o que constitui um fator facilitador tanto para o senhorio como para a família. Acrescentou que o IHRU não disponibiliza a verba de imediato, obrigando as famílias a suportar custos iniciais elevados, como rendas, cauções e outros encargos, durante os primeiros meses, até que os reembolsos sejam processados. Sublinhou que o IHRU apresenta atrasos nos pagamentos às famílias semelhantes aos que ocorrem com as autarquias nos projetos financiados, podendo esses atrasos prolongar-se por meses, o que muitas famílias não conseguem suportar. -----

Concluiu que a taxa de sucesso do programa, sem o empenhamento direto e garantido do município, é muito baixa. -----

Sobre o BRT, referiu que, se o município estava em condições de responder ao aviso com uma candidatura até ao final do mês, isso significava que o projeto já se encontrava bastante maturado. Reiterou a questão que tinha colocado: se já existiam elementos concretos do projeto que pudessem ser disponibilizados. -----

Relativamente ao PRR, disse concordar que existia falta de mão de obra, mas acrescentou outro fator: a profunda desindustrialização do país. Explicou que Portugal não só enfrentava escassez de trabalhadores, como também dependia fortemente de outros países europeus para o fornecimento de materiais e matérias-primas essenciais a projetos de grande dimensão. Exemplificou com o caso do vidro plano, afirmando que Portugal já não produz esse tipo de material, necessário para milhões de caixilhos instalados nas operações do PRR. Recordou que o país chegou a ter uma unidade

importante de produção, a Covina, que deixou de fabricar vidro plano. Considerou que essas opções tomadas ao longo dos anos fragilizam a capacidade de resposta nacional em momentos de grande necessidade. -----

Sobre o Metro, disse ter compreendido que a União Europeia não queria uma empresa chinesa no consórcio devido à possibilidade de ter recebido apoios do estado chinês, levando à substituição por uma empresa europeia, a Siemens. Declarou que, para o município, era indiferente que o fornecedor fosse chinês ou europeu, mas sublinhou que o adiamento do projeto constituía um prejuízo significativo. Acrescentou que, em 2023, a Siemens recebeu uma garantia de 7,5 mil milhões de euros do estado alemão, destinada a reforçar a sua capacidade financeira em 15 mil milhões, para aceder a grandes projetos europeus no âmbito da transição energética. Considerou, por isso, que seria contraditório que a empresa não pudesse participar em contratos daquele tipo após ter recebido apoio direto do estado alemão. -----

Prosseguiu, informando que, no Largo 5 de Outubro e na praça dos Bombeiros Voluntários, em Sacavém, tinham sido abatidas algumas árvores. Afirmou que, tanto quanto sabia, o abate não tinha sido realizado pela União das Freguesias, mas provavelmente pelos serviços de ambiente. Solicitou esclarecimentos sobre a razão da operação e perguntou se estava prevista a substituição das árvores abatidas, dado que atualmente apenas permaneciam os tocos. -----

Referiu também que tinham sido registadas interrupções frequentes no abastecimento de água no Prior Velho e perguntou se a situação estava identificada e qual a sua causa. Mencionou ainda ruturas recorrentes na rua das Arpalas, nos Fetais, indicando que, num curto período, teriam ocorrido três ruturas. Considerou que poderia tratar-se de uma rede antiga e perguntou se o problema estava identificado e se existia previsão de intervenção. -----

Por fim, abordou as obras na rua Severiano Falcão, que decorriam há algum tempo, condicionando uma das faixas de rodagem. Solicitou informação sobre quando se previa o fim do condicionamento, sublinhando que a via era muito saturada nas horas de ponta e que a situação constituía um verdadeiro calvário para quem ali circulava. -----

- João Maurício Pereira (PPD/PSD), começou por perguntar qual era o estado de execução da obra do Museu da Cerâmica, em Sacavém. -----

De seguida, questionou sobre o apoio financeiro à renda jovem, referindo ter verificado no documento que a Câmara Municipal tinha recebido 468 candidaturas, considerando que esse número era positivo por demonstrar que a população conhecia o programa. No entanto, mencionou que também evidenciava a existência de muitas pessoas a necessitar de apoio. Acrescentou que, das 468 candidaturas apresentadas, 354 tinham sido aprovadas, o que igualmente considerava um sinal positivo, mas assinalou que apenas 29 tinham sido concluídas. Nesse sentido, questionou a razão pela qual apenas

essas 29 candidaturas tinham chegado à conclusão e procurou esclarecer quais os fatores que explicavam essa situação. -----

Por fim, abordou os dados económicos constantes do relatório, congratulando o Executivo pela existência de 29 processos de atração de investimento em curso no concelho, que, caso viessem a concretizar-se, poderiam representar cerca de 150 milhões de euros de investimento e a criação de aproximadamente 450 postos de trabalho. Perguntou que tipo de empresas estavam envolvidas nesses processos, em que setores de atividade se enquadravam os investimentos previstos e qual a natureza dos postos de trabalho que poderiam ser criados. Perguntou ainda se esses investimentos se inseriam numa estratégia municipal de captação de investimento orientada para determinados setores ou conjuntos de setores considerados prioritários para o desenvolvimento do concelho. -----

- Duarte Miguel Monge Correia (CH), questionou qual o ponto de situação sobre o lançamento pré-contratual da saída da A1, na União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela.-----

- Tiago Filipe Jorge da Silva (IL), referiu que a sua terceira questão, relativa ao centro de Loures, não tinha sido respondida. Acrescentou que gostaria igualmente de obter informações sobre o projeto do Metro de Loures, nomeadamente sobre o eventual impacto da substituição do parceiro responsável pelo fornecimento do material circulante e da inflação crescente associada à situação no Médio Oriente, questionando se já existia alguma estimativa para o eventual acréscimo do custo da obra. -----

Por fim, também solicitou informações sobre o ponto de situação da obra da saída da A1. -----

- Marco José Dias Raimundo (CH), referiu que tinham sido novamente alertados por diversos munícipes para uma situação recorrente de disparos no condomínio da comunidade cigana situado junto à Escola Secundária de São João da Talha. -----

Começou por questionar por que motivo, apesar da Câmara Municipal de Loures apoiar a PSP com viaturas e outros meios, a resposta transmitida pela PSP aos munícipes era a de que não dispunha de meios nem de efetivos suficientes para se deslocar ao local quando tais situações ocorriam. Perguntou ainda quando seria devidamente reforçado o patrulhamento naquela área e se estava prevista a instalação de um sistema de videovigilância naquele local, ao abrigo do Plano Municipal.-----

Por fim, solicitou informação sobre as reuniões realizadas com a PSP relativamente a esse caso, bem como sobre as decisões que delas resultaram. -----

- Bruno Alexandre Caçador Simão (CDU), referiu que tinha uma última questão, da qual se tinha esquecido anteriormente. Recordou que a Câmara Municipal tinha efetuado a

cedência das instalações do Mercado do Prior Velho à União das Freguesias de Sacavém e Prior Velho, salientando que essa cedência tinha um objetivo concreto, nomeadamente a reconversão do mercado. Considerou que seria importante obter informação sobre o estado desse processo, questionando se a reconversão se encontrava em desenvolvimento ou se, eventualmente, o cumprimento do objetivo que justificou a cedência não estaria previsto para avançar tão rapidamente quanto inicialmente esperado.-----

- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, passou a palavra ao Executivo Municipal, para serem prestados esclarecimentos. -----

- O Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Jorge Colaço Leão, esclareceu que, relativamente às obras na avenida Severiano Falcão, se tratava de uma obra particular. Informou que o Departamento de Gestão Urbanística estava a acompanhar o processo, mas que naquele momento não dispunha da informação atualizada. Indicou que o seu gabinete, presente na sessão, faria chegar por escrito o ponto de situação, incluindo o cumprimento das obrigações da obra e o prazo previsto para a sua conclusão.-----

Sobre a questão colocada relativamente ao BRT, reiterou que já tinha defendido a importância de realizar-se uma reunião da Comissão Especializada da Assembleia Municipal, com a presença dos serviços da Câmara, para prestar esclarecimentos técnicos detalhados sobre o traçado e a envolvente do projeto. Sublinhou que não existia qualquer questão política associada ao tema, tratando-se sobretudo de matéria técnica. Afirmou que o projeto se encontrava num estado de maturação muito avançado, permitindo ao município apresentar candidatura ao aviso logo que esse fosse publicado. Acrescentou que, no próprio dia, tinha reunido com o novo Conselho de Administração da TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa, dado o impacto do BRT nos transportes públicos e na definição da entidade responsável pela operação, considerando que tanto a Carris Metropolitana como o Metro poderiam assumir essa função.-----

Relativamente ao Museu da Cerâmica de Sacavém, explicou que tinham surgido complicações no início da obra, nomeadamente ao nível dos seguros e da gestão do acervo. Informou que essas questões estavam ultrapassadas e que a obra seria iniciada muito brevemente, com conclusão prevista para março de 2027. Indicou que a intenção era iniciar os trabalhos no início do segundo semestre do ano.-----

Sobre a atração de empresas, disse que o concelho de Loures tinha registado um crescimento significativo ao longo dos últimos anos. Cumprimentou o vereador Nelson Batista pelo trabalho desenvolvido no mandato anterior na captação de investimento, articulado com o Departamento de Urbanismo e o Departamento de Atividades Económicas. Explicou que os investidores procuram concelhos bem localizados e com boas vias de comunicação, características que Loures possui, sendo competitivo face aos

concelhos limítrofes. Acrescentou que Loures tinha aproveitado a saturação e falta de espaço de crescimento em Oeiras para captar investimento que estava consolidado ou prestes a instalar-se naquele município.-----

Destacou que a rapidez de resposta do município era determinante para atrair grandes projetos, razão pela qual tinha sido criada uma estrutura específica para análise de investimentos de grande dimensão. Afirmou que essa capacidade de resposta permitiu captar diversos investimentos, refletidos no aumento de empresas fixadas no concelho e no número de sedes sociais transferidas para Loures. Exemplificou com empresas como DHL, DPD e Lidl. Sublinhou que, além da importância da derrama, o impacto na criação de postos de trabalho era extraordinário, referindo que as 23 maiores empresas do concelho representavam já cerca de 90 mil postos de trabalho. Acrescentou que Loures estava a captar investimento em áreas tecnológicas, científicas e logísticas, esta última com um conceito mais tecnológico do que anteriormente.-----

Relativamente à saída da A1, informou que o município estava em condições de levar à próxima reunião de Câmara, em maio, a adjudicação da obra. Explicou que o processo teria de obter visto do Tribunal de Contas, lamentando que, apesar de a lei prever 30 dias corridos, o município enfrentasse tempos de espera de três a quatro meses. Considerou que esse atraso era significativo e que, se não existisse a isenção aplicada às obras financiadas pela União Europeia, os atrasos seriam ainda maiores. Manifestou esperança de que o Tribunal de Contas pudesse ser célere no visto, permitindo o lançamento da obra, que teria uma duração prevista de cerca de um ano e meio. -----

Sobre a PSP, reiterou que era essencial receber informação fidedigna sobre as necessidades da polícia, dado o esforço que o município tem feito na aquisição de meios colocados à disposição das forças de segurança. Informou que teria uma reunião restrita da Comissão Municipal de Segurança no início da próxima semana, dedicada ao tema do Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) no concelho, com presença da PSP, GNR e Polícia Judiciária. Aproveitou para solicitar que a informação lhe fosse enviada antes dessa reunião.-----

Relativamente à videovigilância, explicou que a PSP já tinha indicado os locais para instalação das 240 câmaras, com base na estatística criminal, e que a GNR tinha feito o mesmo. Esclareceu que não tinha sido a Câmara a escolher os locais. Informou que o município iria instalar também outro tipo de câmaras, sem exigências de proteção de dados, destinadas a finalidades complementares. Explicou que essas câmaras seriam ligadas por cabo, para evitar acessos remotos, e que o projeto tinha um custo elevado, entre sete e oito milhões de euros. Indicou que o investimento seria realizado em duas fases, começando pelas zonas mais críticas, identificadas pela PSP.-----

Acrescentou que seriam instaladas câmaras adicionais, mais acessíveis e ligadas por wireless, destinadas a combater dois problemas graves do concelho: a construção ilegal e a deposição ilegal de resíduos. Explicou que, em zonas de taludes próximos da pista do aeroporto, a única forma de fiscalização era através de drones, mas que esses só

podiam operar se tivessem menos de 250 gramas, devido às restrições aéreas. Informou que as câmaras seriam colocadas em locais onde existe maior tendência para deposição ilegal de entulho, permitindo identificar matrículas e proceder aos autos de contraordenação. -----

- A Vice-Presidente, Sónia Alexandra da Silva Paixão dos Santos Bernardo Lopes, relativamente a duas questões colocadas anteriormente, começou por responder ao senhor deputado municipal Bruno Simão sobre o acesso ao programa *Porta de Entrada*. Explicou que a metodologia de trabalho adotada pelo município em articulação com o IHRU, no âmbito desse programa, passa efetivamente pela procura de uma solução de arrendamento por parte das famílias. Acrescentou que a Câmara tem prestado apoio nessa procura ativa e garantiu que a falta de apoio ao pagamento da primeira, segunda ou terceira renda não constitui um obstáculo ao início do processo, nem será esse o motivo para que as famílias deixem de encontrar uma alternativa habitacional por essa via. -----

Dirigindo-se depois ao senhor deputado municipal João Pereira, relativamente ao apoio financeiro à renda jovem, esclareceu que, conforme consta na página oitenta e três da Informação de Gestão Municipal, existiam trezentas e cinquenta e quatro candidaturas aprovadas e vinte e nove concluídas. Explicou que essas últimas correspondem a candidaturas que, embora inicialmente aprovadas, sofreram alterações de circunstâncias, quer por iniciativa dos próprios beneficiários, quer porque esses passaram a beneficiar de outro programa, nomeadamente o *Porta 65*, do IHRU, tendo visto a respetiva candidatura aprovada. Referiu ainda que algumas situações resultaram de mudança de habitação. Nesses casos, as candidaturas transitam do estado de aprovadas para concluídas, sendo consequentemente suspenso o apoio financeiro atribuído. -----

Aproveitou ainda a oportunidade para informar de que, de acordo com os dados relativos ao primeiro trimestre de 2026, o montante comprometido nos programas municipais de apoio à habitação já ultrapassava os oitocentos mil euros, num universo de dotação global de um milhão de euros previsto para o ano de 2026. -----

- O Presidente da Câmara Municipal, esclareceu que as questões dos bairros digitais foram aprovadas. O de Loures e o de Moscavide estão à espera de dotação orçamental por parte do Governo. -----

- O Vereador, Nuno Ricardo da Conceição Dias, em resposta ao senhor deputado municipal Bruno Simão, mencionou que lhe faria chegar posteriormente a informação relativa à data de conclusão da obra particular, uma vez que não dispunha desse dado de memória naquele momento. -----

Relativamente ao Mercado do Prior Velho, explicou que o município transferiu para a União das Freguesias de Sacavém e Prior Velho o direito de superfície daquele espaço, com o objetivo de promover a sua reabilitação. Recordou que essa solução foi adotada em linha com uma iniciativa anteriormente desenvolvida, salvo erro durante um mandato da CDU, que previa uma concessão de grande dimensão para o local, mas que acabou por não avançar por falta de concorrentes. -----

Acrescentou que, segundo a informação transmitida pela Junta de Freguesia, encontravam-se em fase final de preparação as peças do procedimento necessárias ao lançamento de uma nova concessão. O objetivo passa por criar naquele espaço uma estrutura que permita instalar novas valências e funcionalidades, integrando igualmente instalações destinadas à autarquia.-----

Informou que a última atualização que recebera, no âmbito de uma reunião realizada com a Junta de Freguesia de Sacavém precisamente sobre esse assunto, indicava que as peças procedimentais estavam a ser ultimadas, aguardando apenas uma última visualização por parte do município antes do lançamento formal do procedimento. ----

- A Vereadora, Paula Alexandra Flora da Costa Magalhães, em resposta à questão colocada sobre a PSP, e complementando as informações prestadas pelo senhor Presidente da Câmara, referiu que a alegação, frequentemente reportada no passado, de que a PSP não conseguia intervir por falta de viaturas foi precisamente uma das razões que levou o município a avançar com o projeto de reforço dos meios policiais. Explicou que esse reforço não se limitou à disponibilização de seis viaturas novas. Recordou que, no total, foram asseguradas doze viaturas à PSP: seis viaturas novas, adquiridas através de uma parceria entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, e outras seis viaturas já pertencentes ao parque automóvel da PSP, cuja manutenção passou a ser assegurada pelo município, permitindo que permanecessem operacionais e em circulação. -----

Pelo exposto, considerou que atualmente não se justifica a invocação da falta de viaturas como motivo para a ausência de resposta policial. Acrescentou ainda estar convicta de que essa é uma realidade que pertence sobretudo ao passado. No entanto, salientou que, sempre que participa em reuniões do Conselho Municipal de Segurança Alargado, não deixa de chamar a atenção para essa questão. Por fim, informou que iria enviar, no dia seguinte, uma comunicação às esquadras da PSP, solicitando especial atenção às situações reportadas naquela zona e reforçando a necessidade de acompanhamento e intervenção adequados. -----

- O Vereador, Nuno Ricardo da Conceição Dias, em resposta à questão das ruturas de água, referiu que se tinha esquecido de prestar essa informação anteriormente. Relativamente à rua das Arpalas, nos Fetais, informou que existe uma ocorrência de

rutura já identificada e sinalizada, estando prevista a substituição da conduta para resolver o problema de forma definitiva.-----

Quanto ao Prior Velho, esclareceu que, desde o início do ano, foram registadas sete ruturas na rede de abastecimento. Explicou que se trata de uma infraestrutura já antiga e sujeita a grande utilização, encontrando-se atualmente em avaliação técnica para identificar os troços que necessitam de substituição, uma vez que algumas partes da rede se encontram já muito sobrecarregadas. -----

Acrescentou que posteriormente poderia facultar um relatório mais detalhado sobre a situação, solicitando aos serviços municipais a elaboração de informação mais exaustiva, designadamente sobre os períodos de reparação e recuperação das diversas ocorrências. Concluiu referindo que a situação do Prior Velho apresenta características particulares e que o trabalho em curso passa precisamente por encontrar soluções que permitam realizar as intervenções necessárias e aumentar a fiabilidade da rede de abastecimento naquela zona. -----

- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, passou a palavra ao deputado municipal:-----

- Bruno Alexandre Caçador Simão (CDU), colocou um pedido de esclarecimento relativamente à resposta obtida sobre o programa *Porta de Entrada*, agradecendo a informação prestada e reconhecendo que conhece a opção seguida pelo município, bem como o facto de o programa prever diferentes formas de concretização. Contudo, defendeu que, sempre que essa matéria é discutida, deveria ser disponibilizada informação concreta sobre os resultados da via escolhida pelo município. Considerou importante saber qual é a taxa de sucesso dos processos apoiados nessa modalidade, ou seja, quantas famílias iniciaram o processo com aconselhamento e apoio municipal e quantas conseguiram efetivamente concluí-lo sem a intermediação contratual do município.-----

Disse estar convicto de que, no caso de Loures, o número de processos concretizados por essa via será residual. Deu como exemplo situações ocorridas em Santa Iria de Azóia, questionando quantas famílias que tiveram acesso a essa possibilidade conseguiram efetivamente concretizar o processo. Recordou ainda que, em ocasiões anteriores, a senhora vereadora tinha afirmado que as famílias que cumprissem os requisitos poderiam beneficiar do programa, mas salientou que continua por conhecer quantas foram efetivamente bem-sucedidas. -----

Acrescentou que conhece bem esses processos e que os mesmos são exigentes do ponto de vista administrativo, implicando a apresentação de diversa documentação. Na sua perspetiva, existe também um problema de confiança associado ao funcionamento do IHRU, designadamente no que respeita à regularidade e previsibilidade dos pagamentos. Considerou que essa situação leva muitas famílias, sobretudo as que se

encontram em condições económicas mais frágeis, a desistirem mesmo após terem iniciado o processo.-----

Explicou ainda que esta realidade se reflete igualmente na relação com os senhorios. Disse que, atualmente, é comum os proprietários solicitarem comprovativos de rendimentos antes da celebração dos contratos de arrendamento. Assim, quando uma família com baixos rendimentos informa que pretende recorrer a um apoio do IHRU para suportar a renda, muitos senhorios tornam-se mais reticentes quanto à celebração do contrato, receando eventuais dificuldades futuras no cumprimento das obrigações financeiras. Por essa razão, reiterou a importância de conhecer dados concretos sobre o programa, nomeadamente quantos processos foram iniciados por famílias que reuniam os critérios de elegibilidade e quantos desses processos chegaram efetivamente a bom termo. Considerou que só através dessa informação seria possível avaliar se a opção seguida pelo município constitui uma resposta eficaz às necessidades das pessoas ou se, pelo contrário, representa apenas uma resposta teórica que, na prática, se revela difícil de concretizar. -----

- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, passou novamente a palavra ao Executivo Municipal, para serem prestados esclarecimentos. -----

- A Vice-Presidente, Sónia Alexandra da Silva Paixão dos Santos Bernardo Lopes, em resposta ao pedido de esclarecimento do senhor deputado municipal Bruno Simão, mencionou que seria possível prolongar o debate durante muito tempo em torno das diferentes opções de execução do programa *Porta de Entrada*. Referiu, contudo, que as dificuldades apontadas pelo deputado municipal são conhecidas e assinalou que, se essas dificuldades são tão significativas, também durante o período em que o programa esteve em vigor sob anteriores executivos, desde 2018, não foram apresentadas candidaturas ao abrigo desse mecanismo, apesar de a possibilidade já existir. Considerou, por isso, que cada executivo, no exercício das suas responsabilidades de gestão, faz as opções que entende mais adequadas às circunstâncias existentes. -----
Esclareceu que o programa *Porta de Entrada* continua a ser devidamente apresentado às famílias elegíveis, que são informadas sobre as respetivas regras e condições de acesso. Sublinhou que a questão não se prende com a necessidade de suportar pagamentos iniciais sem apoio, uma vez que a informação transmitida pelo IHRU indica que os reembolsos são efetuados de forma imediata, mediante apresentação da respetiva fatura. -----

Acrescentou ainda que não considera adequado confundir aquele programa com outros processos em que efetivamente se têm verificado atrasos por parte do IHRU. Na sua perspetiva, o funcionamento do *Porta de Entrada* é semelhante à metodologia adotada pelo próprio município nos programas municipais de apoio à habitação, em que os apoios são igualmente processados mediante comprovação da despesa realizada pelos

beneficiários. Entendia, por isso, que os requisitos exigidos no âmbito daquele programa não representam algo de extraordinário ou diferente da prática corrente.-----

Reconheceu, no entanto, que algumas famílias podem enfrentar dificuldades económicas para suportar inicialmente determinadas despesas. Ainda assim, salientou que a maioria das famílias abrangidas por esses processos se encontra em idade ativa e que o município procura apoiá-las não apenas na resolução da situação habitacional imediata, mas também na obtenção de emprego e na estabilização das suas condições pessoais e profissionais. -----

Concluiu afirmando que o principal objetivo da autarquia passa por promover a autonomia das famílias do ponto de vista habitacional, contribuindo para que alcancem uma situação de maior estabilidade e independência a longo prazo. -----

- Para terminar, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, deu novamente a palavra ao deputado municipal Bruno Alexandre Caçador Simão (CDU), que agradeceu a dissertação, referindo que a única coisa que perguntou, eram dois dados objetivos, sem qualquer juízo de valor. Quantos processos é que iniciaram com famílias elegíveis e quantas famílias desses processos é que conseguiram apoio. O resto seria um juízo de valor que cada um faria. Disse não admitir que com tanta crítica à gestão da CDU, que aquilo que lhe estariam a dizer é que a fazer tão mal, como eventualmente a CDU terá feito. -----

--- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, deu por terminada a reunião, passando a palavra à Primeira Secretária, em exercício, para leitura da minuta da ata. -----

- A Primeira Secretária, em exercício, Sara Raquel Bordalo Gonçalves, leu a minuta da ata, a qual foi aprovada por votação nominal e por unanimidade (38 presenças), ficando a mesma arquivada na pasta dos documentos da presente reunião. -----

--- Nesta reunião estiveram presentes por parte do Executivo Municipal, o Presidente da Câmara, Ricardo Jorge Colaço Leão, a Vice-Presidente da Câmara Sónia Alexandra da Silva Paixão dos Santos Bernardo Lopes, e os Vereadores, Bruno Miguel de Oliveira Nunes, Nelson César Gonçalves Batista, Nuno Ricardo da Conceição Dias, Paula Alexandra Flora da Costa Magalhães, Patrícia Isabel Morgado de Almeida, António Manuel Lopes Marcelino e João Manuel da Silva Costa. -----

--- Eram vinte e uma horas e cinquenta e três minutos, quando o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, deu por encerrada a reunião. -----

--- A ATA FOI APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 29 PRESENÇAS, SENDO QUE 15 REPRESENTANTES NÃO ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO A QUE RESPEITA A PRESENTE ATA E NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO. A ATA FOI APROVADA NA REUNIÃO DE VINTE E QUATRO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS, COM DISPENSA DE LEITURA, DADO TER SIDO PREVIAMENTE DISTRIBUÍDA POR TODOS OS DEPUTADOS MUNICIPAIS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

A ATA É ASSINADA PELO 1.º SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, AQUILINO JOSÉ MARQUES VENTURA, -----

E PELA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, SUSANA DE FÁTIMA CARVALHO AMADOR,



832

VOTO DE PESAR

Faleceu Cândido Soares Pinto da Mota, nascido em Espinho a 28 de Setembro de 1943, afirmou-se como uma das figuras mais emblemáticas da comunicação em Portugal, cruzando uma carreira de excelência na rádio e televisão com um compromisso cívico e político inabalável. Militante do Partido Comunista Português (PCP) Cândido Mota tornou-se uma presença indissociável da Festa do Avante!, onde foi, durante mais de 35 anos, a voz anfitriã e o rosto do Palco 25 de Abril. Para os milhares de visitantes da Quinta da Atalaia, a sua voz tornou-se um símbolo de serenidade e entusiasmo.

Reconhecido pela sua voz Cândido Mota foi, não apenas um locutor de sucesso, mas um cidadão profundamente empenhado na intervenção social e cultural. A partir de 1965, Cândido Mota afirmou-se como uma das vozes centrais do programa Em Órbita, que revolucionou o panorama musical nacional ao divulgar o melhor da música anglo-americana e, mais tarde, ao dedicar-se de forma didática à música clássica.

A sua consciência política manifestou-se cedo, tendo vivido por dentro o momento fundacional da democracia portuguesa ao encontrar-se nas instalações do Rádio Clube Português, posto de comando do Movimento das Forças Armadas, durante a Revolução de 25 de Abril de 1974, onde permaneceu durante vários dias ao lado de colegas como Luís Filipe Costa e Joaquim Furtado, assegurando a continuidade das emissões que informavam o País sobre a queda da ditadura.

Em 1979, alcançou uma popularidade massiva com o programa O Passageiro da Noite, na Rádio Comercial, um espaço pioneiro de antena aberta onde dava voz aos ouvintes. Entre 1986 e 1988 foi uma das vozes relevantes da Telefonia de Lisboa, uma rádio progressista onde Cândido Mota se notabilizou num programa de entrevistas chamado Rua do Mundo e na leitura de uma rubrica diária sobre canção política, da autoria de Rúben de Carvalho, intitulada Panfletos.

O seu papel como homem de cultura e militante estendeu-se a diversas iniciativas e tempos de antena do PCP, consolidando uma imagem de coerência entre a sua atividade profissional e as suas convicções ideológicas.

Na década de 1990, Cândido Mota iniciou uma colaboração icónica com Herman José na televisão.

Já na fase final da sua carreira, projetou programas que visavam combater o que considerava ser a "forma mais sinistra de censura" contemporânea — o conceito do politicamente correto — defendendo uma rádio que fosse espaço de dúvida, crítica e transmissão de incertezas, em oposição ao mero entretenimento passivo. Para Cândido Mota, a comunicação devia ser uma ferramenta didática, informativa e formativa, essencial para a educação e cultura do povo, um princípio que norteou toda a sua vida pública e cívica até à sua morte.

A Assembleia Municipal de Loures reunida em 7 de maio de 2026 expressa o seu sentido pesar pelo seu falecimento enviando à família e ao seu Partido de sempre as suas condolências.

Os eleitos da CDU